

Bradseg Promotora de Vendas S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12
Diretoria	24

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradseg Promotora de Vendas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que incluem as Notas Explicativas, e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Bradseg Promotora de Vendas S.A., doravante chamada Sociedade, tem sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco – SP. A Sociedade tem por objetivo: promoção; assistência mercadológica; fomento; assessoria e consultoria de negócios no mercado securitário, de capitalização e previdência; participação em outras sociedades como cotista ou acionista; e prestação de serviços de correspondente no País.

O resultado acumulado do exercício de 2025 foi de R\$ 30,318 milhões (R\$ 29,821 milhões em 2024) e o patrimônio líquido somou R\$ 16,787 milhões em dezembro de 2025 (R\$ 13,461 milhões em dezembro de 2024).

Investimentos

As aplicações financeiras alcançaram, ao final do exercício, o montante de R\$ 24,084 milhões (R\$ 21,422 milhões em 2024).

Os Ativos Financeiros estão classificados nas categorias valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme normas contábeis em vigor.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradseg Promotora de Vendas do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

Evento Societário

Em 24 de abril de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária foi deliberado um aumento de capital social no montante de R\$ 620 mil, elevando-o de R\$ 9,110 milhões, para R\$ 9,730 milhões sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Legal”.

Controles Internos

A atribuição de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro, sustentável e controlado satisfatoriamente. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais *frameworks*

internacionais de controles, tais como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*.

Compliance

A Bradseg Promotora de Vendas adota as melhores práticas de *compliance*, bem como observa o Código de Conduta Ética Setorial da Bradseg Participações S.A., suas ligadas e controladas. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas, conforme as governanças estabelecidas.

Gestão de Riscos

A Bradseg Promotora de Vendas adota as melhores práticas de Gestão de Riscos, regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Privacidade e Segurança da Informação

Com o avanço, a expansão e a velocidade das transformações digitais, que potencializam ameaças cibernéticas, adotamos uma abordagem estratégica para assegurar a proteção de nossos ativos digitais e a resiliência das nossas operações que garantem a confiança de investidores e Parceiros de Negócios. Fundamentados em normas, processos, procedimentos e controles internos, promovemos a gestão da privacidade, segurança da informação e da cibersegurança, sempre supervisionada por instâncias estratégicas da governança corporativa da empresa. A principal finalidade é a prevenção de ameaças e vulnerabilidades, mitigação de riscos e ação imediata de recuperação em caso de incidentes.

Nesse contexto, aprimoramos continuamente nosso modelo de governança por meio da adoção de medidas preventivas e corretivas, mantendo o compromisso organizacional com os princípios de disponibilidade, integridade do processamento, segurança, confidencialidade, autenticidade e privacidade. As iniciativas são conduzidas, garantindo a conformidade em todas as fases do ciclo de tratamento de dados. O foco está na melhoria contínua da qualidade, transparência das práticas, proteção de dados e fortalecimento da cultura organizacional de segurança da informação.

Entre as práticas adotadas, destacam-se o uso de padrões de segurança e boas práticas de mercado, a revisão periódica de normas internas e processos.

Os trabalhos referentes à Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Privacidade e Segurança da Informação são realizados pela Bradesco Seguros.

Osasco, 27 de março de 2026.

Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Bradseg Promotora de Vendas S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradseg Promotora de Vendas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradseg Promotora de Vendas S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Luciano Agulho Vecchi
Contador CRC 1SP281259/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2025	2024
CIRCULANTE		12.942	19.839
Disponível		36	91
Caixa e bancos.....		36	91
Aplicações	4	10.266	18.375
Títulos e créditos a receber		2.640	1.373
Títulos e créditos a receber.....	5	1.882	-
Créditos tributários e previdenciários.....	6.a	758	1.373
NÃO CIRCULANTE		14.650	3.871
Realizável a longo prazo		14.650	3.871
Aplicações	4	13.818	3.047
Títulos e créditos a receber		832	824
Créditos tributários e previdenciários.....	6.a	832	824
TOTAL DO ATIVO		27.592	23.710

PASSIVO	Notas	2025	2024
CIRCULANTE		10.805	10.249
Contas a pagar		10.798	10.242
Obrigações a pagar.....	7	38	2
Impostos e encargos sociais a recolher.....		82	42
Impostos e contribuições.....	8	10.678	10.198
Débitos de operações		7	7
Corretores.....		7	7
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	16.787	13.461
Capital social.....		9.730	9.110
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....		14	6
Reservas de lucros.....		7.043	4.345
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.592	23.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2025 E 2024**
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita de prestação de serviços.....		47.130	47.235
Resultado Bruto		47.130	47.235
Despesas administrativas.....	9.a	(263)	(344)
Despesas tributárias.....	9.b	(5.508)	(5.487)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		41.359	41.404
- Receitas financeiras.....		4.394	3.655
- Despesas financeiras.....		(184)	(9)
Resultado financeiro.....	9.c	4.210	3.646
Resultado antes dos impostos.....		45.569	45.050
Imposto de renda.....	9.d	(11.119)	(11.165)
Contribuição social.....	9.d	(4.132)	(4.064)
Lucro líquido do exercício.....		30.318	29.821
Quantidade de ações.....		572.061	572.061
Lucro líquido por ação -R\$		53,00	52,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício.....	30.318	29.821
itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	(2)
Efeito dos impostos	(4)	1
Total do resultado abrangente do exercício	30.326	29.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva estatutária</u>			
Saldos em 1º de dezembro de 2024.....	8.210	1.642	6.782	7	-	16.641
Aumento de capital conforme AGE 25.04.2024.....	900	(900)	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	29.821	29.821
Dividendos pagos conforme ata de reunião de diretoria de 27.12.2024 (R\$57,69 por ação)	-	-	(6.781)	-	(26.219)	(33.000)
Proposta para destinação do lucro líquido.....	-	1.080	2.522	-	(3.602)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	9.110	1.822	2.523	6	-	13.461
Aumento de capital conforme AGE 24.04.2025.....	620	(620)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação Patrimonial.....	-	-	-	8	-	8
Lucro líquido de exercício.....	-	-	-	-	30.318	30.318
Dividendos pagos conforme ata de reunião de diretoria de 15.12.2025 (R\$ 47,20 por ação)	-	-	(2.522)	-	(24.478)	(27.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	744	5.096	-	(5.840)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	9.730	1.946	5.097	14	-	16.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MODELO INDIRETO DO EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado antes dos impostos e participações.....	45.569	45.050
Lucro ajustado do exercício.....	45.569	45.050
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado.....	11.019	(11.689)
Títulos e créditos a receber.....	(1.275)	3.927
Contas a pagar.....	(1.576)	(3.062)
Débitos de operações.....	-	(1)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações.....	8.168	(10.825)
Imposto de renda sobre o lucro pago.....	(9.158)	(10.469)
Contribuição social sobre o lucro pago.....	(3.965)	(3.967)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....	40.614	19.789
Atividades de Investimento		
Aquisição de títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	(23.000)	(2.745)
Alienação/vencimentos e juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	9.331	15.947
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de investimento.....	(13.669)	13.202
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos.....	(27.000)	(33.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento.....	(27.000)	(33.000)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa.....	(55)	(9)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício.....	91	100
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício.....	36	91
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa.....	(55)	(9)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Bradseg Promotora de Vendas S.A. é uma Sociedade por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. A Sociedade tem por objetivo a promoção, assistência mercadológica, fomento, assessoria e consultoria de negócios no mercado securitário, de capitalização e previdência, participação em outras Sociedade como cotista ou acionista e prestação de serviços de correspondente no país. O endereço registrado da sede da Sociedade é Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco – SP.

A Sociedade é controlada direta da Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. e, em última instância, do Banco Bradesco.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2026.

2. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentado nas demonstrações contábeis.

a. Declaração de conformidade e base de preparação

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e ativos financeiros classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Sociedade é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A nota explicativa 4 – Aplicações inclui informações sobre julgamento referente a política contábil adotada que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Sociedade efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Sociedade efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Sociedade classifica os ativos financeiros em três categorias mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Modelo de negócio

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

(iii) Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

(a) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

(v) Ativos financeiros mensurados a valor justo por outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

(vi) Determinação do valor justo

A determinação do valor justos das aplicações financeiras da Sociedade é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Título privados - Letras financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias uteis da data de negociação/ marcação a mercado e iv) cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis

não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

g. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas com serviços prestados são provenientes da comercialização e divulgação dos produtos de empresas ligadas por meio de corretores e outros agentes autorizados.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação de ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor dos ativos financeiros classificados como custo amortizado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

CPC 51 - IFRS18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

A principal alteração introduzida pelo CPC 51 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

Reforma Tributária – Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026

A Lei Complementar nº 214/2025, promulgada em janeiro de 2025, instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Comitê Gestor do IBS. A norma estabeleceu que, a partir de janeiro de 2026, os contribuintes passam a cumprir obrigações acessórias específicas, ainda que o recolhimento do IBS e da CBS permaneça dispensado durante o ano.

O cronograma de transição determina que, em 2027, serão extintos o PIS, Cofins, IPI e IOF-Seguros, com início da vigência plena da CBS. O IBS terá implementação gradual entre 2029 e 2032, substituindo progressivamente o ICMS e o ISS, alcançando vigência integral em 2033.

A Lei Complementar nº 227/2026, publicada em janeiro de 2026, instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), regulamentou o processo administrativo tributário do IBS e estabeleceu normas gerais relativas ao ITCMD.

A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da reforma tributária, avaliando potenciais impactos operacionais, fiscais e contábeis. Contudo, a análise definitiva dos efeitos depende da edição dos regulamentos infralegais pendentes de publicação, que detalharão as regras de implementação.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Sociedade, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, com o objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional, e são, conseqüentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Sociedade. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é realizado por meio de políticas e procedimentos de avaliação da qualidade de crédito das contrapartes, considerando limites de exposição, prazos e perfil de risco. As exposições são monitoradas continuamente, com acompanhamento de eventuais deteriorações e adoção de medidas de mitigação, quando aplicável.

Exposição ao risco de crédito

O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

	2025	2024
Aplicações / Rating	AAA	AAA
Valor justo por meio do resultado.....	7.356	18.375
Título de renda fixa privado.....	2.540	8.294
Título de renda fixa público (*).....	4.816	10.081
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	16.728	3.047
Título de renda fixa privado.....	16.728	3.047
Total.....	24.084	21.422

(*) Os títulos públicos classificados como AAA referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Sociedade honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, prazos de vencimento e disponibilidade de recursos, visando assegurar o cumprimento das obrigações da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

O quadro a seguir apresenta as exposições da Sociedade:

Ativo	fluxo de ativos	fluxo de passivos
Fluxo de 0 a 3 meses	13.462	12.084
Fluxo de 12 a 60 meses.....	13.818	-
	27.280	12.084

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

A Sociedade avaliou a composição dos seus instrumentos financeiros e tendo em vista que possui exposição em ativos de renda fixa pós fixados (LFT e Letras Financeiras de emissão privada) e operações compromissadas, em carteira ou fundo, consideradas de baixo risco, concluiu que o risco de mercado oriundo destes instrumentos não é representativo.

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição incluem o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é exercido de forma corporativa, com permanente avaliação.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2025	%	2024	%
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	7.356	30,54%	18.375	85,78%
Títulos de renda fixa - Letras financeiras.....	7.356	30,54%	18.375	85,78%
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	16.728	69,46%	3.047	14,22%
Letras financeiras emissores privados.....	16.728	69,46%	3.047	14,22%
Total	24.084	100%	21.422	100%

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

	2025							
	1 a 30 dias ou sem vencimento				Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
	31 a 180 dias	181 a 360 dias						
	definido							
Títulos a valor justo por meio do resultado	336	20	732	6.268	7.356	7.333	23	
Letras financeiras do tesouro	-	20	554	4.242	4.816	4.816	-	
Letras financeiras de emissores privados.....	-	-	178	2.026	2.204	2.181	23	
Letras financeiras do tesouro nacional – Op. Compromissadas /outros (i)	336	-	-	-	336	336	-	
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.910	-	-	13.818	16.728	16.708	20	
Letras financeiras	2.910	-	-	13.818	16.728	16.708	20	
Total	3.246	20	732	20.086	24.084	24.041	43	

	2024							
	1 a 30 dias ou sem vencimento				Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
	31 a 180 dias	181 a 360 dias						
	definido							
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.643	314	3.726	12.692	18.375	18.261	114	
Letras financeiras do tesouro	-	-	3.726	6.355	10.081	10.084	(3)	
Letras financeiras de emissores privados.....	-	314	-	6.337	6.651	6.534	117	
Letras financeiras do tesouro – Op. Compromissadas /outros (i)	1.593	-	-	-	1.593	1.593	-	
Letra do tesouro nacional – Op. Compromissadas.....	50	-	-	-	50	50	-	
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	3.047	3.047	3.039	8	
Letras financeiras	-	-	-	3.047	3.047	3.039	8	
Total	1.643	314	3.726	15.739	21.422	21.300	122	

(i) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Hierarquia do valor justo

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	4.816	336	2.204	7.356	10.081	1.643	6.651	18.375
Letras financeiras do tesouro.....	4.816	-	-	4.816	10.081	-	-	10.081
Letras financeiras do tesouro - Op. Comp.	-	-	-	-	-	1.593	-	1.593
Letras financeiras de emissores privados	-	-	2.204	2.204	-	-	6.651	6.651
Letras do Tesouro Nacional - Op. Comp.....	-	336	-	336	-	50	-	50
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	16.728	16.728	-	-	3.047	3.047
Letras financeiras.....	-	-	16.728	16.728	-	-	3.047	3.047
Total	4.816	336	18.932	24.084	10.081	1.643	9.698	21.422

d. Movimentação das aplicações financeiras

	2025		
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 1º janeiro	18.375	3.047	21.422
(+) Aplicações	42.293	23.000	65.293
(-) Resgates	(55.274)	(11.763)	(67.037)
(+) Rendimentos	1.962	2.432	4.394
(+/-) Ajuste a valor justo	-	12	12
Saldo em 31 de dezembro .	7.356	16.728	24.084

	2024		
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 1º janeiro	6.686	16.252	22.938
(+) Aplicações	52.237	2.743	54.980
(-) Resgates	(43.623)	(16.528)	(60.151)
(+) Rendimentos	3.075	582	3.657
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro .	18.375	3.047	21.422

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro, o desempenho global dos fundos de investimentos, atingiu 101,87% (106,49% em dezembro de 2024) no acumulado do período, em relação ao referido *benchmark*.

5. Títulos e créditos a receber

Refere-se basicamente a valores a receber oriundos da venda de cartões e serviços de consultoria para empresas ligadas (nota 10) no montante de R\$ 1.882.

6. Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2025			2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF a compensar.....	698	-	758	1.222	-	1.222
CSLL a compensar.....	10	-	-	30	-	30
PIS/Cofins a compensar.....	50	-	-	121	-	121
Crédito tributário diferido b (i).....	-	839	839	-	826	826
Tributos diferidos b (ii).....	-	(7)	(7)	-	(2)	(2)
	758	832	1.590	1.373	824	2.197

b. Tributos diferidos líquidos

	2025	2024
Créditos tributários diferidos c.(i).....	839	826
Tributos diferidos c.(ii).....	(7)	(2)
Total	832	824

c. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Movimentação dos créditos tributários e tributos diferidos

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Saldo em 31/12/2025
Provisão para riscos de créditos.....	826	13	839
Total dos creditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias..	826	13	839

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Saldo em 31/12/2024
Provisão para riscos de créditos.....	826	-	826
Total dos creditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias..	826	-	826

(ii) Movimentação das obrigações fiscais diferidas

Refere-se a constituição de Ajuste de títulos mensurados a valor justo por meio de resultados abrangentes no montante de R\$8 (R\$2 em dezembro de 2024).

d. Previsão de realização dos créditos tributários

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2026.....	10	3	13
2030.....	607	219	826
	617	222	839

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

7. Obrigações a pagar

	2025	2024
Fornecedores a pagar.....	38	2
Total.....	38	2

8. Impostos e contribuições

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda.....	7.800	7.553
Contribuição social.....	2.514	2.465
Cofins.....	300	149
Pis.....	64	31
Total	<u>10.678</u>	<u>10.198</u>

9. Patrimônio líquido

a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 572.061 (572.061 em 2024) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	30.318	29.821
Constituição da reserva legal	(744)	(1.080)
Base de cálculo dos dividendos	<u>29.574</u>	<u>28.741</u>
Dividendos antecipados	24.478	26.219
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado de exercício	<u>82,77%</u>	<u>91,23%</u>

b) Atos societários

Em 24 de abril de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária foi deliberado um aumento de capital social no montante de R\$ 620 elevando de R\$ 9.110 para R\$ 9.730 sem emissão de novas cotas, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Legal”.

Em 15 de dezembro de 2025, conforme Reunião da Diretoria foi deliberado o pagamento de dividendos à Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., única acionista da Companhia, no valor de R\$ 27.000 sendo utilizado R\$ 2.522 do saldo da conta “Reserva de Lucros – Estatutária”, e R\$ 24.478 por conta do resultado do exercício em curso.

c) Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

10. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo			
	2025	2024		
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (a).....	17.100	11.432		
Swiss RE (empresa ligada) (b)	1.882	-		
Total	18.982	11.432		

	Receitas		Despesas	
	2025	2024	2025	2024
Odontoprev S.A. (empresa ligada) (c).....	30.311	26.390	-	-
Swiss RE (empresa ligada) (c)	16.818	20.845	-	-
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (d) (e).....	2.432	581	3	3
Total	49.561	47.816	3	3

- (a) Refere-se a saldo em conta corrente, operações compromissada e títulos privados.
- (b) Créditos a receber.
- (c) Receitas com prestação de serviços.
- (d) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.
- (e) Receita com Letras Financeiras

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado montante de R\$1 enquanto permanecem no exercício de suas funções na Sociedade, conforme determina o Estatuto Social.

11. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas Administrativas

	2025	2024
Despesas com publicações.....	(6)	(6)
Despesas com serviços de terceiros	(82)	(41)
Despesas com donativos e contribuições.....	(175)	(273)
Despesas administrativas diversas.....	-	(24)
Total.....	(263)	(344)

b. Despesas com tributos

	2025	2024
Despesas com PIS	(806)	(803)
Despesas com COFINS.....	(3.758)	(3.736)
Despesas com ISS.....	(943)	(945)
Outras despesas com tributos.....	(1)	(3)
Total.....	(5.508)	(5.487)

c. Resultado financeiro

i.- Receitas financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas com títulos de renda fixa.....	4.394	3.655
Total.....	<u>4.394</u>	<u>3.655</u>

ii. - Despesas financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Taxa com escrituração de ações e custódia.....	(3)	(3)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais.....	(181)	(6)
Total.....	<u>(184)</u>	<u>(9)</u>
Total geral.....	<u>4.210</u>	<u>3.646</u>

d. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporária.....	(13)	-
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	15.265	15.229
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	<u>15.252</u>	<u>15.229</u>

e. Imposto de renda e contribuição social - Reconciliação da alíquota efetiva

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado antes de impostos e contribuições.....	45.569	45.050
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(15.493)	(15.317)
Contribuição entidade de classe	(2)	(2)
Ajustes efetuados na declaração de rendimento	(58)	
Doações, patrocínios e brindes	112	(91)
Outros valores.....	189	181
Imposto de renda e contribuição social no exercício.....	<u>(15.252)</u>	<u>(15.229)</u>
Alíquota efetiva.....	33,47%	33,80%

Diretoria

Ivan Luiz Gontijo Júnior
Diretor Presidente

Carlos Alberto Iwata Marinelli
Diretor Gerente

Ney Ferraz Dias
Diretor Gerente

Américo Pinto Gomes
Diretor

Francisco Rosado de Almeida Junior
Diretor

Carlos Francisco Picini
Diretor

Regina Castro Simões
Diretora

Vinicius Marinho da Cruz
Diretor

João Batista Zorzete
Contador - CRC 1SP248285/O-9